

ELOS PORTUGAL E BRASIL: JOÃO DE BARROS E ANCHIETA

Neusa Barbosa Bastos¹
Dieli Vesaro Palma²

Resumo

Tem-se por objetivo tecer considerações sobre as aproximações e distanciamentos existentes entre a *Grammatica da Língua Portuguesa* de João de Barros e a *Arte da Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil* de José de Anchieta, com base nos princípios metodológicos da *Historiografia Lingüística* com Koerner e Swiggers. Enfoca-se o século XVI, visando ao desvendamento da ideologia do dominante, uma vez que a linguagem do dominante é sempre a relacionada à essa ideologia. A pesquisa realizada aponta para: 1. a verificação de que a ideologia clerical foi tão forte que se sobrepôs à do governo português; 2. a constatação de que o poder ideológico de um grupo age de forma mais atuante sobre o sujeito-autor do texto do que suas próprias convicções; 3. a percepção de que são registrados, nos textos analisados, traços das forças impositoras e doutrinárias externas a eles mesmos.

Palavras-chave: língua portuguesa, historiografia.

Abstract

This article aims to weave considerations about existing moments of approximation and distantness between João de Barros' *Grammatica da Língua Portuguesa* and José de Anchieta's *Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil* based on Koerner's and Swiggers' *Linguistic Historiography* methodological procedures. It deals with the XVI century focusing the unveiling of the dominant ideology, on the grounds that the dominant's language is always the one which is related to this ideology. The results of the survey point to the following directions: 1. the verification that the clerical ideology was so strong

that superimposed the Portuguese government; 2. the confirmation that the ideological power of a group acts more actively over the subject-author of the text than over its own convictions; 3. the perception that traces from the imposing and doctrinal forces, external from the analyzed texts, were registered.

Key words: Portuguese language; historiography

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por acreditar que a tendência historiográfica dos dias atuais preocupa-se com a recuperação da historicidade e da dinâmica social, voltamo-nos, neste trabalho, para o século XVI, em que surgem duas obras gramaticais elaboradas por portugueses e representativas da cultura portuguesa em momento expansionista.

A primeira obra é de João de Barros, influente nobre português, proprietário de uma capitania hereditária no Brasil, escritor de obras sobre a História de Portugal e autor da *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), sendo o primeiro gramático da língua lusa, uma vez que Fernão d'Oliveira se auto-denominou o primeiro anotador de nossa Língua. A segunda obra é do Padre José de Anchieta, religioso da Companhia de Jesus, enviado ao Brasil para catequizar os índios das novas terras conquistadas pelos portugueses e autor da *Arte da Gramática da Língua mais falada na costa do Brasil*, em 1595. Ambos os autores são, portanto, protagonistas do período de gramatização que se estendeu do século V d.C. ao século XIX, quando são produzidas gramáticas que, simultaneamente, tornam-se uma técnica pedagógica para a aprendizagem das línguas, inclusive a materna, e um meio

¹ Neusa Barbosa Bastos é Professora Titular do Departamento de Português da PUC/SP e do Departamento de Letras da UPM/SP e Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP.

² Dieli Vesaro Palma é Professora Titular do Departamento de Português da PUC/SP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP. É Diretora da Faculdade de Comunicação e Filosofia da PUC/SP.

de descrevê-las, seguindo a tradição greco-latina. (Auroux:1992:35,36)

Parece-nos importante destacar ainda que, do ponto de vista da gramaticografia em língua portuguesa, João de Barros insere-se em seu período áureo, que se estende de 1533 a 1572. A intensa atividade de produção lingüística desenvolvida nesse momento desempenha um importante papel não só na mentalidade e formação intelectual dos portugueses mas também nas concepções políticas e ideológicas vigentes em Portugal. A publicação da *Gramática da Língua Portuguesa* ocorre no chamado período vernáculo, no qual, sob a égide do pensamento humanista, há um forte interesse pelas coisas humanas, entre elas o fenômeno lingüístico, focalizado numa perspectiva comparativa entre várias línguas, prática típica do humanismo. É uma época em que o Português é confrontado com o Latim e com outras línguas vernáculas, fato que também contribui para o surgimento de gramáticas. Desse modo, a língua portuguesa, já fixada pela escrita, passa então a ser objeto de estudo e de reflexão por meio de obras que visam a normatizar o seu funcionamento. (Verdelho, 1995:98)

Já o trabalho do Padre José de Anchieta, a *Arte da Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, publicado em 1595, insere-se, segundo Verdelho, no terceiro momento da gramaticografia portuguesa, ou seja, naquele que se segue a 1572, com a publicação da obra de Manuel Álvares. Esse período caracteriza-se pelo predomínio da escolarização dos jesuítas e pelo início da gramaticografia moderna.

Temos por objetivo tecer considerações sobre as aproximações e distanciamentos existentes entre a *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros e a *Arte da Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil* de José de Anchieta. Centramo-nos nos princípios metodológicos da Historiografia Lingüística com Koerner e Swiggers, enfocando o século XVI e visando ao desvendamento da ideologia do dominante, uma vez que a sua linguagem é sempre relacionada à ideologia que ele professa.

A pesquisa realizada aponta para: 1) a verificação de que a ideologia clerical foi de tal maneira forte que se sobrepôs à do governo português; 2) a constatação de que o poder ideológico de um grupo age de forma mais atuante sobre o sujeito-autor do texto do que suas próprias convicções; 3) a percepção de que são registrados, nos textos de Barros e de Anchieta, traços das forças impositoras e doutrinárias externas a eles mesmos.

Podemos lembrar que essas gramáticas foram escritas, após as primeiras obras gramaticais de Elio Antonio de Nebrija (Espanha - 1492) e de Fernão d' Oliveira (Portugal - 1536), sistematizadoras das línguas espanhola e portuguesa. Foram trabalhos voltados para o ensino da língua vernácula, que se firmaram como aquelas mais influentes em Portugal e no Brasil até a época de Marquês de Pombal - século XVIII.

Em nossas análises, após termos selecionado as obras mencionadas e ordenado-as baixo um critério cronológico, passamos a interpretá-las a partir da observação dos sujeitos-produtores, João de Barros e José de Anchieta, assentados nos moldes greco-latinos com o propósito de cumprir determinada função que, se não foi atingida por completo, apresentou resultados que se espalharam pelos séculos subseqüentes.

JOÃO DE BARROS – O PRIMEIRO GRAMÁTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Iniciaremos as nossas considerações a partir da *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros, escrita em 1540, objetivando estabelecer o que o uso introduziu e consagrou durante os anos que antecederam a constituição da língua portuguesa advinda do romance português e do Latim.

Para se tratar da parte da ortografia em João de Barros, objetivo desta exposição, faz-se necessário que discorramos sobre a contextualização do gramático a partir de suas origens. Nascido em Viseu, em 1496, foi educado esmeradamente no paço, em estreita amizade com D. Manuel e também com D. João III, de quem recebeu o governo do Castelo de São Jorge da Mina. Por essa influência, exerceu sempre bons cargos: tesoureiro da Casa da Índia, da Casa da Mina e da Casa de Ceuta e feitor da casa da Guiné e da Casa da Índia. Quando da colonização do Brasil, ganhou uma capitania de cinquenta léguas ao norte, mas a expedição que foi enviada, naufragou e ele não prosseguiu no seu empreendimento mercantil. Homem de letras, foi novelista, poeta, filósofo, historiador e gramático-pedagógico com a publicação da *Gramática da Língua Portuguesa*, donde reiteramos a origem nobre de nosso primeiro gramático. É relevante apontarmos ainda que o fato de haver vivido em lugares diferentes (Beira Alta e Lisboa), de ter partilhado da vida na Corte e de ter atuado na Casa da Índia foram oportunidades que permitiram a João de Barros o conhecimento não só das transformações por que passava a língua portuguesa naquele momento mas também das diferenças do falar características de cada região, bem como as particularidades da norma culta. Em suma, essa experiência deu-lhe condições para o trabalho de reflexão e de normatização que ele produziu. (cf. Mattos e Silva, 2002:48)

Sua gramática, publicada em 1540, em Lisboa, é uma gramática normativa, porém mostra também, em vários momentos, preocupação com aqueles que pretendem falar a sua língua como, por exemplo, no trecho:

“...ficará esta matéria pera quando o uso ô requerer” “...dado que em rigor de bõa linguágem sam mais próprios do singular que do plurár” “...Em aprender fâzes a ti bõa obra e ao mestrre dás contentamento.”

A cada um dos passos da gramática, os exemplos revelam uma intenção formativa nos domínios da religião e

da moral, e de um sentimento cívico baseado no orgulho das conquistas d'almém mar, o que é próprio de alguém que, inserido num contexto sócio-económico dominante, necessita mostrar-se engajado e servidor de seus protetores.

João de Barros declara-se o primeiro a pôr a nossa língua em arte, e ele é realmente o primeiro caso se considere o sentido de época da palavra arte em sua gramática, isto é, sistematizar a língua com a finalidade de mostrar como falar e escrever bem.

Segundo Buescu (1971), há, ainda, quatro obras que se inserem como complementares na esfera intencional de um Corpus didático da época, a saber:

Escolaridade intencional da Cartinha como primeiro livro didático, da Gramática como segundo livro, e dos dois Diálogos como conclusão e textos de leitura...

Para a autora, há também aspectos que particularizam a obra desse gramático como:

1. *Opção, da parte do autor, por uma gramática normativa, tendo em vista os seus objetivos didáticos imediatos... Para Barros, os artistas, isto é, os executores da Arte que se propõe elaborar com a sua Gramática, opõem-se aos gramáticos especulativos, pela atividade plenamente pragmática do ensino...*
2. *Ordenação indutiva das matérias, que nos parece (ao lado, é certo, da dedução) como uma antecipação metodológica...*
3. *Sistematização seletiva das matérias, de forma a tornar a obra assimilável e acessível a espíritos inexperientes... Barros, mais mestre do que gramático especulativo, empreende, pois, a difícil tarefa de, dada a novidade de obra, estabelecer as regras gerais, aludindo às exceções indispensáveis numa obra de carácter normativo.*
4. *Utilização de uma exemplificação gramatical raramente destituída de conteúdo formativo ou informativo, constituída por exemplos ilustrativos, quase extraídos da história e da realidade portuguesa...*
5. *Preocupação de, aplicando como já vimos um método de base indutiva, tirar o máximo partido da disposição gráfica, com vista a uma facilidade de aprendizagem e fixação... A Gramática, não contendo ilustrações, apresenta as matérias dispostas em pilha, por vezes em duplicações desnecessárias, mas que demonstram a aplicação do princípio da repetição como método de fixação”.*

A questão da disposição gráfica da *Gramática* é um aspecto revelador da preocupação com a aprendizagem e fixação, como é o caso das declinações do artigo, do nome, do pronome e das conjugações verbais. Outro aspecto que nos interessa mais de perto, neste trabalho é a Ortografia, que Barros tenta resolver, inserido que estava no espírito renascentista que influenciava a produção de gramáticas com foco nos seguintes aspectos: gramaticalização da língua vulgar; posição dos gramáticos em relação às línguas clássicas (Grego e Latim), às de origem árabe e hebraica e às

estrangeiras e, finalmente, o problema ortográfico. Em relação a este último, são três problemas fundamentais postos para o português:

- 1º a perda da noção de quantidade e necessidade da notação dos graus de abertura vocálica;
 - 2º a tentativa de abolição de **qu**, substituído por **c** e a utilização do **ç** para som sibilante (no século XVI ainda africano): *ça, çe, çí, ço, çu;*
 - 3º distinção de **i** e **u**, semivogais de **j** e **v**.
- (1971[1540]:32)

As soluções de Barros parecem revelar uma influência italiana, embora temperada com maior conservadorismo. Segundo Buescu (1984:62), os gramáticos renascentistas expandiram o ideal delineado por Petrarca de abandonar o latim pelo toscano, reabilitando, assim, as línguas românicas. Eles buscaram dar às línguas vernáculas, “espírito e alma” das novas nações, a regularidade e a sistematização que os Alexandrinos deram ao grego e os gramáticos da época imperial, ao Latim. Nesse sentido, afirma a autora portuguesa:

A “consciência lingüística” vai, pois, a par com a “consciência nacional”, até mesmo com a “consciência imperial” e a língua aparece-nos pela primeira vez como o “espírito e alma” de cada nação. (p. 62)

Como a gramática de João de Barros insere-se no movimento cultural europeu do quinhentismo, tendo sido publicada no meio do século, logo antecedendo e seguindo-se a trabalhos humanísticos de gramáticos franceses, italianos e espanhóis, ela, certamente, registra a participação portuguesa na produção intelectual europeia daquele momento, apontando, sobretudo, a influência italiana.

Um outro aspecto da ortografia desenvolvido pelo gramático foi a questão da pontuação. Preocupado com a língua escrita, no final de sua Ortografia, ele apresenta “algumas breves anotações sobre a pontuação”. (Buescu, 1971:LX), as quais podem ser consideradas as primeiras formas de sistematização desse aspecto da escrita. Diz ele:

Hũa das cousas principais da orthografia, pela qual entendemos a escritura: e o apontar das partes de clausulas em que os latinos mostraram muita diligencia. Esta nam temos nós, principalmente na letera tirada, sendo cousa que importa muito, porque as uezes fica a oraçam amfibologica sem eles, donde nacam duuidas. (1971[1540]:387)

Tendo por base a gramática latina, propõe os seguintes sinais de pontuação: cõma (:), cólo (.), uergas (,), parentisis () e interroçãm (?). Esses pontos, segundo o gramático, deveriam ser utilizados caso se quisesse “doutamente escrever”. (1971 [1540]: 153)

Preocupado em evitar a ambigüidade, prevê funções diferentes para cada um dos sinais. Assim propõe ele:

Cõma: “aque podemos chamar cortadura: por que aly se cõrta a clausula e duas pãrtes” (p.153) “Na cõma

parece que descansa a uóz, mas nam fica o intindimẽto satisfeito: por que deseia a outra pártte” (p.154)

Cólo: “e o termo ou márco em que se acába a clausula” (p.153); “a oráçam fica perfeita e rematada com este ponto cólo” (p.154)

Uergas: “ou uirgulas: que sam hũas distinções das párttes da clausula” (p.153); sam zeburas ao módo dos gregos” (p.154)

Parentisis: “os dous arcos que fázem estas palauras (como ia disse): usam os latinos quando cometem hũa figura que chamam Entreposiçam” (p.154)

Interrogação: “quãdo pergũntamos algũa cousa dizendo. Quem foy o primeiro que achou o uso das leteras? Estes dous pontos assy escritos onde apregunta acába, podemos chamar interrogatiuos: por serem sinal que interrogamos e preguntamos algũa cousa” (p.154)

Vê-se, assim, que esse gramático centrou-se tanto em questões puramente ortográficas como em aspectos mais amplos da escritura como os relativos à pontuação e sua relação com a construção do sentido, sempre preocupado em estabelecer normas para o bom uso da língua, embora, como aponta Machado Filho (2002:264) “João de Barros – pelo menos na perspectiva atual do homem moderno – parece oscilar, consideravelmente, entre o que determina e o que de fato, usa, se se considerar o que se encontra patente em sua *Grammatica*”, explicitando, dessa forma, os processos de mudança em curso no século XVI.

Com essas considerações, depreende-se que a gramática moderna, normativa, aplicada aos falares atuais e nacionais, aparece-nos como uma das grandes criações renascentistas. As gramáticas portuguesas situam-se no centro do vasto florescimento europeu, e manifestam-se intensas e entusiásticas atividades em torno de dupla finalidade: a codificação e a dignificação das línguas vulgares. A *Gramática* de João de Barros corresponde à primeira; o *Diálogo em louvor da nõssa linguágem* à segunda.

A posição de João de Barros vem mostrada claramente quanto a fazer preceder o estudo da Gramática Latina pelo estudo da Gramática Portuguesa. Para ele, o Latim aparece como ponto de referência, modelo de codificação gramatical e fonte de empréstimos; assim a gramática latina é o modelo e a referência, mas há a preocupação em individualizar a língua portuguesa, como é verificado nas principais inovações românticas que foram discernidas ou, pelo menos, pressentidas por ele:

- a existência do artigo;
- o desaparecimento da declinação;
- a redução das conjugações;
- as diferenças entre a forma e o valor dos tempos verbais em relação ao latim;
- a formação perifrástica de alguns tempos verbais;
- a formação perifrástica da voz passiva;
- o desaparecimento da noção de quantidade;
- a existência de aumentativos.

Finalmente, pode-se dizer que, para Barros, o binômio Português - Latim se põe, antes de mais nada, numa forma esclarecida e consciente em relação à realidade românica, que vai se definir a partir desse momento.

O problema das fontes clássicas para a Ortografia Portuguesa foi constituído, principalmente, por Quintiliano, Varrão e Prisciano, pois os gramáticos do Renascimento se depararam, evidentemente, com realidades completamente diferentes das do Latim. Por conseqüência, o apoio aos clássicos que, nos outros capítulos da gramática, havia sido tão forte quanto útil e eficiente, revelou-se praticamente nulo neste aspecto, e as principais fontes clássicas gramaticais, que, dificilmente, poderiam ser abandonadas, foram submetidas a uma crítica e a sua doutrina, a inevitáveis adaptações. João de Barros apresenta uma grande inovação, que consiste na aplicação de timbre aberto e fechado para **a**, que não tinha efeito em nenhuma das outras línguas, visto que o timbre fechado de **a** é um dos traços do vocalismo português.

A finalidade de João de Barros foi estabelecer a Língua Portuguesa como autônoma, independente da latina, utilizando em sua gramática o falar da época através do que o uso ensina e buscando a norma culta dos “*barões doutos*”, mas não negou que o Português tem como língua-mãe o latim, “*cujos filhos nós somos*”. Possui um sentimento patriótico de superioridade da língua portuguesa em face das outras, principalmente da castelhana, uma vez que, entre as nações, Espanha e Portugal, sempre houve rivalidades. Dá como qualidades essenciais da língua falada em Portugal: a sua riqueza de vocabulário e a sua semelhança com a língua latina, não abandonando, assim, as raízes. Adaptando-a à realidade vigente no século XVI, expande ainda as suas qualidades: a sonoridade agradável, a capacidade de exprimir idéias abstratas e a possibilidade de formação de novos vocábulos.

No início de sua obra, temos a seguinte definição de Gramática:

é vocábulo grego: quér dizer ciência de lêteras. E, segundo a definiçam que lhe os Gramáticos déram, é um módo certo e justo de fâlar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos” (1971[1540]:55)

Observe-se que João de Barros atém-se à definição dos gramáticos que o antecederam, mantendo-se o conceito de falar e escrever “*certo e justo*”, o que será sempre seguido pela norma culta, por aqueles que melhor usam a língua, e é baseando-se na norma culta que ele constitui sua obra.

Neste estudo, constatamos que João de Barros é de fato um gramático preocupado com o ensino de Português, apresentando uma língua próxima do povo - Língua Vulgar - mas mantendo as normas da Língua Culta, procurada nos autores de prestígio, os “*doutos*” da época, coerente com as fontes que fundamentaram seu trabalho, como Quintiliano, que via no uso “*o consenso dos instruídos, da mesma forma que o consenso dos bons se chama ‘modo de viver’.*” (*apud*

Pereira, 2003:34) A obra de João de Barros é de grande interesse não só por sua atualidade quanto ao critério de escolha dos exemplos retirados da linguagem cotidiana, o que hoje não é mais a preocupação para a maioria dos gramáticos que ainda se volta para exemplos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX como também pelas inovações feitas por ele de maneira clara e simples.

Em 1574, temos a obra de Pero Magalhães de Gândavo *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua Portuguesa, com um Diálogo que adiante se segue em defenſan da mesma língua*, com grande preocupação com o ensino dos não latinos. No entanto, há algumas mudanças no pensamento dos estudiosos, pois, ao lado do problema da origem das línguas vulgares, aparece a problemática da origem e essência da linguagem humana. Nesse instante, surge a obra de Duarte Nunes do Leão, em 1596, marcada pela angústia de povo dominado, e que reflete o espírito de transição do Renascimento para o Barroco: *Ortografia da Língua Portuguesa*.

JOSÉ DE ANCHIETA – O GRAMÁTICO DA LÍNGUA BRASÍLICA

Dando prosseguimento às nossas considerações, mencionaremos a *Arte da Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil* de José de Anchieta, escrita em 1595, objetivando estabelecer uma sistematização do tupi falado pelos indígenas do litoral brasileiro, mesmo antes de se transformar na língua geral de uso não só dos colonizados e seus descendentes, mas também dos colonizadores, que, mesclando-se, foram os formadores da nação brasileira.

Na sua missão evangelizadora, os jesuítas encontraram na língua um primeiro grande obstáculo. Segundo Moreau (2003:60), a decodificação dos signos podia determinar aproximações pacíficas ou bélicas com os indígenas, determinando a forma de relacionamento e de construção de imagens recíprocas, sobretudo pelo fato de estarem em jogo civilizações muito distintas. Daí a grande necessidade de os jesuítas aprenderem a língua dos índios para a possível superação dessa dificuldade, o que foi seguido à risca pelos padres da Companhia de Jesus, tendo sido, portanto, desenvolvidos muitos trabalhos de natureza lingüística pelos missionários.

Assim, o Padre José de Anchieta, baseado nos princípios da Companhia de Jesus que determinava serem os jesuítas obrigados a aprenderem a língua dos gentios, para, amalgamando-se a eles, catequizá-los, impôs a cultura dos colonizadores. Dessa maneira, com o objetivo de semear a fé cristã, os padres utilizaram a língua tupi, deixando-a com o “status” de língua mais falada na costa brasileira, a qual se tornou o veículo lingüístico da evangelização.

Seguindo o modelo greco-latino, Anchieta produziu uma obra que segue características de todas as gramáticas

das línguas românicas, surgidas entre os séculos XV e XVI, pois, segundo Auroux (1992: 101) *a gramática repousa sempre sobre uma análise da cadeia falada*, assim o sujeito-produtor realiza decomposições e repartições das partes da cadeia falada e adequações do já dito para organização do “compêndio”. Como mostra Moreau (2003:61), seus estudos de morfologia, que foram subsidiados pelos trabalhos de Navarro e pelas contribuições dos “intérpretes”, constituem a base para a construção da gramática de uma “língua geral”, síntese de dialetos tupi-guaranis do litoral, a qual possibilitou as inter-relações sociais e comunicativas entre luso-brasileiros e indígenas até o século XVIII.

Da mesma maneira, todas as demais línguas: francês, italiano, castelhano, português, romeno etc constituíram suas obras gramaticais a partir da cópia do modelo clássico latino, com as devidas adequações da passagem de uma língua sintética, constituída de seis casos, cinco declinações, três gêneros e outras características para línguas analíticas que passaram a uma ordem direta (SVO), abandonando os casos, as declinações e passando a realizar só dois gêneros.

Assim é que temos a *Arte da gramática*, uma produção com características da gramática latina, mas com tantas inovações advindas de novos dados específicos da língua tupi que se deixa perceber a criatividade do autor, contextualizado num momento e num lugar isolados da civilização européia, contaminado pelos nativos e sua cultura **exótica** e possuidor de tempo para observar e anotar, aprendendo a falar e escrevendo a sistematização da nova língua. Nesse sentido, Rodrigues (1998:67) destaca o que se segue:

Dentre as avaliações positivas da língua tupinambá destaca-se a de Anchieta, por ter sido a mais explícita e informativa, mas também por ter fornecido os termos valorativos que reapareceram em Cardim e em Figueira. Note-se a informação sucinta mas objetiva que dá sobre as duas principais classes de palavras da língua: “os nomes são todos indeclináveis e os verbos têm suas conjugações e tempos.” Também é simples e objetiva a informação sobre os fonemas do português e as sílabas complexas que não existiam em tupinambá. É a mesma simplicidade, ou naturalidade, com que em sua gramática (Anchieta 1595) descreveu fenômenos lingüísticos próprios do tupinambá e que divergiam consideravelmente dos correspondentes nas línguas clássicas e nas românicas. (Cf. Rodrigues, 1996)

Em suma, embora Anchieta tenha tido como base a gramática greco-latina para descrever fenômenos lingüísticos no século XVI, ele extrai dela o necessário para desenvolver seus estudos, não considerando, portanto, as categorias dos trabalhos clássicos como elementos universais. Com base nessa percepção afirma que, na língua geral, os verbos têm dois paradigmas paralelos, a conjugação afirmativa e a conjugação negativa, já que a negação tem expressão morfológica na palavra verbal nessa língua. (Cf. Rodrigues, 1998:70)

Ao analisarmos a *Arte da Gramática*, percebemos que o locutor não prefacia a obra o que a difere das demais da época, em que tais prefácios traziam os objetivos claramente expressos, quais sejam: preservar a língua novilatina, ensinando-a aos nobres e utilizando-a como instrumento de domínio nas terras conquistadas. Anchieta vai diretamente ao capítulo dedicado às letras e à pronúncia, o que indica o objetivo principal do sujeito-produtor que se dirigia aos demais catequizadores que também deveriam seguir os princípios da Companhia de Jesus: aprender a língua dos nativos e incorporar os seus costumes para ensinar/impôr a “civilização européia”.

Entretanto há que se registrar a *Licença*, posta antes do capítulo I *Das letras*, que traz a possibilidade da publicação uma vez que nada apresenta contra a religião católica, ou contra os costumes europeus vigentes na Europa quinhentista. Marca-se a importância da obra que continuará a divulgação da fé cristã em partes distantes e desabitadas do novo mundo. Eleva-se a virtude e a dedicação religiosa do Padre José de Anchieta.

Percebemos, em enunciados analisados, a necessidade básica para a introdução catequético-ideológica assentada nas crenças da Igreja Católica e nas verdades do Velho Mundo. Marcas histórico-ideológicas estão presentes na seleção das palavras utilizadas como exemplos, o que nos leva a reiterar que tal seleção foi indispensável ao processo de aculturação dos nativos e à imposição do colonizador:

Costumes	Parentesco	Noções temporais
óca > casa	ména > marido	ára > dia
jaguará > cão	mendúba > sogro	moçapír > três
		ára moçapíra > dies tertius

Muitos são os exemplos em que a família, questão dogmática da igreja, bem como o ambiente familiar, aparece como forma de reforçar as imagens necessárias aos aprendizes.

Deve-se mencionar, ainda, no capítulo Das Letras em que o tratamento dado às letras e a sua pronúncia mostra a preocupação com o desenvolvimento da fonética objetivando-se priorizar o ensino da oralidade entre os portugueses (jesuítas e demais colonizadores) e os nativos. A questão da escrita não era a prioridade, uma vez que os primeiros contatos eram feitos por meio da fala, para posteriormente, no ato da catequese chegar-se à alfabetização dos índios. Dessa forma, o trabalho de Anchieta se sobressai pela observação e descrição de detalhes não só em fonologia mas também em gramática e pelo grau de economia descritiva que apresenta.

O sujeito-produtor reconhece em suas descrições a diferença de pronúncia dos nativos, estabelecendo como regra geral a que era falada pela maioria, grupo ideológico, a partir do qual se constrói a representação fonética. Impõe, dessa maneira, a aceitação da ideologia dominador/dominado por meio da qual a maioria dominante estabelece elos de força dos dominadores aos dominados: *Mas o uso mais*

universal, principalmente é tirar a consoante do primeiro verbo em conjugações compostas... (ANCHIETA, 1595: 2)

A posição de José de Anchieta apresenta-se tão clara quanto a de João de Barros no que concerne à aproximação da descrição realizada à da Gramática Latina, pois, para ele, o Latim aparece, também, como ponto de referência e modelo de codificação gramatical, servindo, portanto de modelo para a elaboração da *Arte da Gramática*. Preocupa-se, naturalmente, em individualizar a língua mais usada na costa brasileira, como é verificado em algumas descrições que foram feitas pelo jesuíta:

Os nomes não tem casos nẽ números distinctos salvo vocativo, com esta diferença, a saber, que os que tem accento na última, nada mudão, vt abã, em todos os casos (...) O plural se netende pello que se trata, ou também acrecentandolhe algũns nomes, que significão multidão, como todos, tantos, quantos, muitos, &c. E este ultimo he usado pẽra isto que he cetã, & detracto, c. etã, vt abã, homẽ, ou homẽs, abãeta, homẽs, oca, casa. 1. casas, ócetã, casas.

Pelas observações feitas, pode-se dizer que, para Barros, o binômio Português - Latim se põe, antes de mais nada, numa forma esclarecida e consciente em relação à realidade românica, que vai se definir a partir desse momento. E para José de Anchieta, o binômio Português - Latim se põe como sustentação para a constituição de sua obra que, descrevendo a Língua Tupi, permitiu a sua expansão em toda a costa brasileira e sua permanência até o século XVIII, momento em que os jesuítas foram banidos do Brasil pelo Marquês de Pombal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprido salientar que a imposição das línguas registradas nas obras aqui enfocadas (de Barros e de Anchieta) foi conseguida e perpetuada através de cinco séculos por Portugal e mantida por dois séculos no Brasil, estabelecendo, neste país continente, uma hierarquia funcional herdada de uma sociedade européia quinhentista em que o conhecimento e a sua disseminação constituem traços distintivos de privilégios e de respeitabilidade junto ao grupo social. Além disso, no que diz respeito à reflexão sobre a linguagem, as duas gramáticas focalizadas representam dois momentos do longo processo de gramatização vivido pelo mundo ocidental, tendo seus autores contribuído significativamente para o desenvolvimento da metalinguagem sobre as línguas: João de Barros descrevendo uma língua vernácula e o Padre Anchieta, uma língua indígena, mas ambos mergulhados na “segunda revolução técnico-lingüística” (Cf. Auroux, 1992:35).

BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, José de. (1595) *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição facsimilar. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

- AUROUX, Sylvain, (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.
- BARROS, João de (1540) *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Cartinha Gramática, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Linguagem - Reprodução facsimilada, Leitura, introdução e Anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. (1981) *Contribuição à história da gramática portuguesa - o século XVII*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP.
- _____. (1984) O ensino de português e os gramáticos do século XVI. In: *Revista Brasileira de Lingüística*: São Paulo.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (1978) *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Breve.
- _____. (1984) *Historiografia da Língua Portuguesa – século XVI*. 1ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- LONGARZO, Antônio José. (1996) *Anchietana: desvendando a outra face*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP.
- LOPES MACAHDÓ FILHO, A.V. (2002) “A pontuação em João de Barros: preceitos e usos”. In: *O Português Quinhentista - Estudos Lingüísticos* (Mattos e Silva, Lopes Machado Filho, orgs.). Salvador: DUFBA: Feira de Santana:UEFS, p. 351-366.
- MATTOS e SILVA, R.V. (2002) “Notas sobre avaliações lingüísticas nos gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros”. In: *O Português Quinhentista - Estudos Lingüísticos* (Mattos e Silva, Lopes Machado Filho, orgs.). Salvador: EUFBA; Feira de Santana:UEFS, p. 45-60.
- MOREAU, F.E. *Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchietana*. São Paulo: Anablume, 2003.
- PEREIRA, M.A. (2003). “O conceito de “uso lingüístico” em Quintiliano” in *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, SP: UNICAMP, nº 11, 2003, p. 31-44.
- RODRIGUES, A. (1998) “O Conceito de Língua Indígena no Brasil: os primeiros cem anos (1550-1650) na costa leste”. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, SP: UNICAMP, nº 01, 1998, p. 59-78.
- SANTOS, E.O. (2002) “A pontuação na Carta de Pero Vaz de Caminha comparada à proposta de João de Barros”. In: *O Português Quinhentista - Estudos Lingüísticos* (Mattos e Silva, Lopes Machado Filho, orgs.). Salvador: EUFBA; Feira de Santana:UEFS, p. 367- 376.
- VERDELHO, T. (1995) *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. 1ª ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Parte I, capítulo 3, p.89-133.